



**FACULDADE ESPÍRITO SANTO**

**FABIANA SANTOS FERREIRA  
LUANA SILVA RIBEIRO  
NAÍRA OLIVEIRA LOPES**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO  
REGULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**EUNÁPOLIS/BA  
2023**

FABIANA SANTOS FERREIRA  
LUANA SILVA RIBEIRO  
NAÍRA OLIVEIRA LOPES

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO  
REGULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia apresentado à banca examinadora da Faculdade Espírito Santo, como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga.

**Orientador(a):** Gilberto Pereira Fernandes

EUNÁPOLIS/BA  
2023

FABIANA SANTOS FERREIRA  
LUANA SILVA RIBEIRO  
NAÍRA OLIVEIRA LOPES

## A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

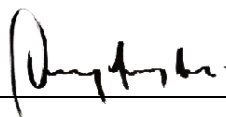
Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia apresentado à banca examinadora da Faculdade Espírito Santo como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga.

### Banca Examinadora

**Nome completo** – Gilberto Pereira Fernandes \_\_\_\_\_  
Faculdade do Espírito Santo (FAES)



**Nome completo** – Avaliador(a) 1 \_\_\_\_\_  
Faculdade do Espírito Santo (FAES)



**Nome completo** – Avaliador(a) 2 \_\_\_\_\_  
Faculdade do Espírito Santo (FAES)



A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

PAULO FREIRE, (1998, p.108).

Dedicamos este trabalho aos nossos pais e familiares em geral que nos ajudaram a buscar mais uma etapa de conhecimento. Aos nossos mestres que se mostraram pacientes e capazes de despertar o prazer em aprender e nos tornar mais sábios e capazes de nos tornarmos bons profissionais.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que nos deu força e fé para continuar em busca da realização de um sonho;

Agradecemos ao nosso orientador Gilberto Pereira Fernandes;

A todos os nossos professores que nos ajudaram para essa nova jornada;

Aos nossos familiares, em especial nossos esposos;

Aos funcionários em geral da Faculdade pelo carinho e respeito com todos.

FERREIRA; Fabiana Santos; RIBEIRO; Luana Silva; LOPES; Náfra Oliveira. **A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular da educação infantil.** Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade do Espírito Santo (FAES). Eunápolis, BA, 2023.

## **Resumo**

Neste trabalho apresentamos a importância da inclusão do aluno com deficiência em sala do ensino regular. Trazemos uma reflexão sobre a inclusão desses alunos/as com necessidades especiais no ensino regular, com o objetivo de analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Fica evidente a necessidade de observar sistematicamente o interesse e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem decorrentes das suas necessidades educacionais especiais no cotidiano da sala de aula. A Política da Educação Inclusiva visa educar todas as crianças em um mesmo ambiente escolar. Não nega as dificuldades dos alunos e reconhece as diferenças. Na inclusão, as diferenças não são vistas como problema, mas como diversidade. A visão sobre a variedade da realidade social permite ampliar as discussões sobre o desenvolvimento das crianças. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfica realizada a partir dos autores conceituados no assunto com o objetivo de proporcionar aos professores do ensino regular uma reflexão sobre a inclusão dos alunos na escola, já que a escola como um todo deve assumir a sua função social, mudando os paradigmas e analisando os problemas de forma a promover a interação entre o Ensino Regular e a Educação Especial.

**Palavras chave:** Ensino Regular. Necessidades Educacionais Especiais. Inclusão Escolar. Diversidade.

FERREIRA; Fabiana Santos; RIBEIRO; Luana Silva; LOPES; Naira Oliveira. **The inclusion of students with disabilities in the regular teaching of early childhood education.** Course Completion Work (Monograph) presented to the Undergraduate Course in Pedagogy at Faculdade do Espírito Santo (FAES). Eunápolis, BA, 2023.

### **Abstract**

In this work, we present the importance of including students with special needs in the regular classroom. We reflect on the inclusion of these students with special needs in regular education, with the aim of analyzing the inclusion policy and its impact on the socialization and learning processes of students with special educational needs. It is evident the need to systematically observe the interest and behavior of students who have learning difficulties resulting from their special educational needs in the daily life of the classroom. The Inclusive Education Policy aims to educate all children in the same school environment. He does not deny the difficulties of the students and recognizes the differences. In inclusion, differences are not seen as a problem, but as diversity. The view on the variety of social reality allows to broaden discussions about children's development. This is a bibliographical research carried out from renowned authors on the subject with the objective of providing regular education teachers with a reflection on the inclusion of students in school, since the school as a whole must assume its social function. , changing paradigms and analyzing problems in order to promote interaction between Regular Education and Special Education.

**Keywords:** Regular Education. Special Educational Needs. School Inclusion. Diversity.



## ABREVIACOES

AEE- Atendimento Educacional Especializado

APAES- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CENESP- Centro Nacional de Educação Especial

EPT- Educação para Todos

FENAPAES- Federação Nacional das APAES

LBI- Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

NEE- Necessidades Educativas Especiais

ONU- Organização Nações Unidas

PPP- Proposta Política Pedagógica

TDAH- Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 ABORDAGEM TEÓRICA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
<b>1.1 Adequações de acesso ao currículo...</b> .....	<b>18</b>
<b>1.2 Adequações curriculares específicas...</b> .....	<b>19</b>
2 POLÍTICAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	22
<b>2.1 Políticas brasileiras para a educação inclusiva...</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2 A contribuição do professor no processo de inclusão do aluno com deficiência na escola regular...</b> .....	<b>25</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS .....	33

## INTRODUÇÃO

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. A valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

A constituição brasileira cita que todo cidadão é igual perante a lei e, por isso, todos sem distinção possuem o direito a uma educação cujo objetivo deve ser de formar para autonomia onde efetivamente aconteça a cidadania na qual todos almejam. A Carta Magna é a lei maior de uma sociedade política, como o próprio nome nos sugere. Em 1988, a Constituição Federal, de cunho liberal, prescrevia, no seu artigo 208, inciso III, entre as atribuições do Estado, isto é, do Poder Público, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 (LDB) ratifica a Constituição quando se preocupou em através dos mecanismos educacionais que a escola deve possibilitar a todos, inclusive os portadores de necessidades educacionais especiais uma educação capaz de dar a estes, a possibilidade de conviver e vivenciar uma dimensão social necessária para desenvolver-se em sua totalidade.

A legislação que segue a constituição considera a diversidade social, a qual é constituída das singularidades socioculturais, econômicas, mas também de especificidades inerentes ao processo genético, psiconeurológico ou por outros adquiridos na sua convivência na sociedade. No Art. 58 da LDB está explícito que a educação especial é uma modalidade de educação que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação dever ser obrigatório. Logo, o princípio fundamental da Educação Especial hoje, é de inclusão como previsto na Lei de Diretrizes e Bases.

As políticas educacionais de inclusão devem acontecer inicialmente na escola que deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa sala

de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente.

A educação inclusiva, requer educar todas as crianças em um mesmo ambiente escolar. Não nega as dificuldades dos alunos, mas não vê as diferenças como o contrário. Na inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. Essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças, pois que o ser humano se realiza enquanto pessoa a partir de suas interações com a sociedade, cuja marca é a diversidade. Neste trabalho esta questão será tratada a pelo viés da inclusão dos alunos com necessidades especiais no âmbito escolar e a contribuição do professor.

É uma pesquisa de caráter bibliográfica realizada a partir dos referenciais de autores renomados no assunto. Tem como objetivo proporcionar aos professores do ensino regular uma reflexão sobre a inclusão dos alunos na escola, já que a escola como um todo, deve assumir a sua função social, mudando os paradigmas e analisando os problemas de forma a buscar um aliamento para oferta de Educação Especial no Ensino Regular.

A inclusão dos alunos/as com necessidades especiais no âmbito escolar é garantido pela Lei nº13.146, de 6 julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoas com Deficiência (LBI) de modo que as práticas educativas da sala de aula e fora dela possibilitem um significativo desenvolvimento do aluno com deficiência, seja ela qual for, de modo que o mesmo possa vir atuar com maior autonomia, independência e integração, na sociedade, sentindo-se realmente incluído.

No capítulo 1 trazemos uma abordagem teórica sobre a educação inclusiva e a necessidade de adequação curricular com especificidades dessa modalidade.

No capítulo 2 trazemos a importância da política brasileira para o contexto da Educação Inclusiva no Ensino Regular e sua reestruturação.

Nas considerações finais discutimos a importância do professor na vida da criança portador de necessidades especiais no Ensino Regular, pois é um tema que

causa muita divergência entre os estudiosos e causa um certo temor entre os professores que assumem salas com alunos especiais e as multifuncionais. É um processo que requer comprometimento com a ética e respeito às diferenças e à diversidade.

## 1 ABORDAGEM TEÓRICA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Todos temos direito a ser iguais quando a diferença nos diminui e todos temos direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (BOAVENTURA SOUSA SANTOS, 2007).

A educação inclusiva é bastante ampla e complexa, não se limitando apenas à inclusão dos alunos com certo nível de deficiência cognitiva, motora ou sensorial, mas a todos inseridos no processo educacional. Nesse sentido, é que se faz necessário uma compreensão do conceito de inclusão e mais necessariamente, o conceito educação inclusiva.

Ao falar em educação inclusiva, as ideias sobre o currículo se tornam ainda mais centrais, e a questão da cultura e do que professores entendem por diversidade cultural deve ser levado em conta para o desenvolvimento das práticas inclusivas na escola. A inclusão é um tema que tem fomentado muitos debates nacionais e internacionais. O movimento Educação para Todos (EPT) foi criado nos anos 1990 em torno de um conjunto de políticas internacionais, coordenado principalmente pela UNESCO.

O conceito de inclusão é bem definido na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), ao afirmar que a inclusão é um direito fundamental. Trata-se de uma questão de direitos que assiste a todas as crianças, independentemente do gênero, classe social, grupo social ou outras características individuais e/ou sociais.

A UNESCO aborda a inclusão considerando que as desigualdades raciais e étnicas continuam existindo na sociedade brasileira. A educação inclusiva não é simplesmente tornar as escolas acessíveis. Trata-se de ser proativo na identificação das barreiras e obstáculos que os estudantes encontram na tentativa de acesso a oportunidades de educação de qualidade, bem como na eliminação das barreiras e obstáculos que levam à exclusão.

A Unesco ainda prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Sendo que na educação inclusiva todos os alunos devem fazer parte

da escola comum, dando espaço e igualdade de oportunidades. Logo, “A inclusão pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades”. Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), foi assumida como objetivo dos sistemas educativos, promover o direito universal à educação, a igualdade de acesso à educação de todos e a admissão de todas as crianças, jovens e adultos considerados com necessidades educativas especiais no sistema de ensino regular. Tal como vem explicitado:

Sasaki (2002) afirma ser fundamental escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (UNESCO, 1994, p. 21).

Esse novo modelo de Escola Inclusiva, de acordo com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), adota estratégias de intervenção que promovem a educação de todas as crianças com sucesso, assume e aceita as diferenças humanas como “normais”, pelo que, se torna necessária e importante uma mudança de atitudes que levem à criação de uma sociedade mais inclusiva, humanizada e acolhedora, fundamentada no princípio de que

[...] escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, p. 11-12).

Segundo a concepção de Educação Inclusiva proferida pela UNESCO, é que todo o ser humano deve ser respeitado independente de suas condições sociais, económicas ou limitações cognitivas. Para tanto, a escola enquanto instituição

educadora deve almejar em seu (PPP) Proposta Política Pedagógica, uma prática educativa que visa a inclusão em sua mais diversas faces, buscando uma prática de convívio democrático no sentido de respeito mútuo. O convívio social com crianças é muito importante e, é claro, que não podemos referir só as crianças, os adolescentes e jovens também convivem e precisam de cuidados especiais. A inclusão escolar é necessária para que todos cresçam sabendo respeitar as diferenças. Pois, é convivendo com as dificuldades e diferenças do próximo que a criança e o adolescente se tornarão um adulto melhor.

Para a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais devemos pensar a questão da inclusão como uma tarefa de todos. É comum que muitos autores sinalizem “[...]que a inclusão vem quebrar barreiras enraizadas em torno de grandes estigmatizados” (WERNECK, 1997, p.45.)

Sassaki (2002, p.41) afirma que é fundamental equipararmos as oportunidades para as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

A escola inclusiva com qualidade é um desafio que implica rever alguns aspectos, que envolvem desde o setor administrativo até o pedagógico. As Unidades Escolares de Ensino Regular devem oferecer vagas e matricular todos os alunos, organizando-se para o atendimento com equidade aos educandos com necessidades educacionais especiais e assegurar-lhes condições necessárias para a permanência e aprendizagem.

Escola inclusiva é aquela que se abre para todos, que reconhece as diferenças individuais, que atende as necessidades de cada um e que está comprometida com a qualidade de aprendizagem dos alunos em geral. A inclusão, assente em valores como o respeito e celebração das diferenças e na colaboração entre indivíduos, grupos sociais e instituições, se contrapõe aos valores no qual prevalece o modelo individual de sucesso, em princípios de competição e de independência, que tornam difícil a concretização dos ideais inclusivos.



Gadotti em defesa da escola inclusiva afirma: “[...] a educação é instrumento de luta e de emancipação, associando a luta social com a luta pedagógica [...]” (1995, p. 276).

As práticas de inclusão social se baseiam em princípios que implicam na aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa, inclusive na aprendizagem por meio da cooperação da convivência do ambiente escolar. O autor que bem define uma escola inclusiva é Carvalho (1998), ao conceber que

Uma escola inclusiva não é apenas a que prepara para a vida. Ela é a própria vida que flui devendo possibilitar, do ponto de vista político, ético e estético, o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade crítica e construtiva dos alunos - cidadãos que nela estão, em qualquer das etapas do fluxo escolar ou modalidade de atendimento educacional oferecida. Para tanto, precisa ser prazeroso, adaptando-se às necessidades de cada aluno, promovendo a integração dos aprendizes entre si com a cultura e demais objetos do conhecimento, oferecendo ensino aprendizagem de boa qualidade para todos, com todos para a vida. (CARVALHO, 1998, p. 35).

Neste contexto, pode-se compreender que a inclusão não busca acabar com as diferenças, mas celebrá-las permitindo que todos pertençam a um espaço que os valorizem e respeitem.

As palavras do autor, enquanto a escola tradicional se guia por um projeto monocultura, homogeneizante, que contempla um determinado perfil de alunos que supõe-se, que todos aprendem da mesma maneira, em um mesmo tempo e espaço e com os mesmos métodos e recursos, mantendo fora de sua proposta quem não responde a esse modelo.

A escola inclusiva se projeta para o futuro convocada por uma visão ampla, democrática e igualitária, que supõe o reconhecimento da diversidade como traço primordial do cenário escolar e a considera um valor educativo. Este projeto abre suas portas para todos, cada um com suas individualidades.

A inclusão vem defender que o ser humano seja aceito como ele é, e não precise se ajustar para se inserir na escola, mas a escola precisa ser inclusiva se adaptando a fim de atender a diversidade que se adentra em seu espaço. Cabe agora a toda a comunidade educativa, encontrar soluções para lidar com a diversidade, soluções essas que permitam construir identidades positivas e fomentarem respeito pela diferença (CÉSAR & SILVA DE SOUSA, 2002).

Para Borsani, há um desafio para as instituições educacionais no processo da inclusão. O compromisso paulatino de instituições educativas convocadas para o desafio da Inclusão Educacional permite que muitos alunos com dificuldades motoras, perceptivas de linguagem ou de estruturação subjetiva e/ou cognitiva, incluídos na ampla categoria da deficiência, hoje possam cursar sua educação em aulas regulares, o que representa um enriquecimento para toda a comunidade educativa. (BORSANI, 2014, p. 1).

Uma escola inclusiva deve propor uma proposta curricular capaz de atender aos portadores de necessidades educacionais especiais, realizando uma integração dos mesmos. Enquanto conceito de integração se refere à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta possa vir a se identificar com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada a convivência igualitária em sociedade.

A inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer que seja a necessidade, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos, ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino (WERNECK, 1997). A noção de inclusão, por essa razão, não estabelece parâmetros (como faz o conceito de integração) em relação a tipos particulares de deficiências.

A adaptação e flexibilização curricular privilegia as potencialidades do sujeito, acima de suas dificuldades, e lhe permite sustentar-se como aluno regular dentro do sistema educativo. Adaptar uma proposta curricular não é de prestigiá-la, empobrecê-la, nem torná-la fácil, mas, totalmente ao contrário, supõe um claro intento de articular o currículo ao estudante, para favorecer a construção do conhecimento.

A proposta educativa é avançar para uma proposta transcendente, direcionada para a escola inclusiva. A diversificação curricular pretende trabalhar tanto a partir do heterogêneo, como a partir do comum e compartilhado que se encontra em todo território didático, privilegiando sempre o valor educativo do diverso. Uma maior diversificação curricular que contempla as variações do alunado, vincula-se diretamente a uma menor necessidade de adequações curriculares. (BORSANI, 2014).

## 1.1 Adequações de acesso ao currículo

Nas adaptações de acesso ao currículo Borsani (2014) propõe:

- Mapear a acessibilidade do espaço escolar: suavizar as barreiras urbanas e de transporte, transformar a escola em um lugar acessível para pessoas com alguma deficiência motora, às crianças pequenas, bebês em carrinhos, grávidas, pessoas idosas, fornecedores etc.
- Adaptar os materiais escolares: diversificar os instrumentos de escrita: lápis, canetas, giz, marcadores, letras móveis, processadores de texto etc. Se o uso do lápis ou lapiseira for difícil, pode-se embuti-lo em um cilindro de madeira para facilitar sua apreensão ou recobri-lo com borracha ou toalha para que não escorregue.
- Diversificar os portadores de texto; o caderno comum pode ser substituído por um de tamanho ofício ou por folhas soltas, maiores e mais grossas, por quadros negros individuais, cartilhas, monitores. Material impresso onde o aluno marca ou assinala a resposta. E se não se pode escrever, trabalha-se de forma oral ou no monitor de um computador.
- Oferecer diversas formas de expressão; quando a proposta do trabalho em escrita se tornar excessiva, pode-se privilegiar outro sistema de representação comunicacional: o que não se pode escrever, se pode dizer, desenhar ou expressar através de um esquema.
- Ampliar as fotocópias e material impresso: tornando-o mais acessível.
- Modificar os grupos; trabalhar em roda, semicírculo, em pequenos grupos, na sala, no pátio, na cozinha, na oficina, na praça, na rua etc.
- Abrindo espaço para que: a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola.

## 1.2 Adequações curriculares específicas

Estas adaptações específicas pretendem articular a proposta curricular com o sujeito que for aprender, incluindo recursos, métodos, estratégias e intervenções às quais se recorre tanto para ensinar como para avaliar.

- Selecionar conteúdos pontuais que se considerem apropriados para o aprendiz: trabalhar temas delimitados, um de cada vez, favorecendo as vinculações e generalizações que se podem estabelecer a posteriori.
- Oferecer enlaces evocativos: se as dificuldades linguísticas ou evocativas são relevantes, apresenta-se a necessidade de contextualizar cada atividade pedagógica, para que o aluno possa estabelecer os enlaces associativos adequados.
- Apoiar a produção do pensamento matemático: Apresentar as situações problemáticas em textos simples que organizam sequencialmente a ação, preferencialmente com uma das operações combinadas (não mais). Construir gráficos para a situação problemática como forma de representar concretamente os momentos sucessivos do enunciado e poder estabelecer a operação adequada. Sequenciar os passos lógicos do problema matemático, a representação icônica permite lembrar aquilo que se esvai pela precariedade da memória.
- Oferecer ajuda na compreensão da leitura e em estabelecer adequadamente os enlaces intertextuais: adequar os textos às possibilidades de leitura do estudante. Facilitar o emprego de sinais ou esquemas para avançar na leitura.
- Considerar a leitura antecipada: entregar antecipadamente ao aluno com N.E.E. o texto (conto, notícia etc.) sobre o qual trabalharão no próximo dia. Propor uma leitura prévia, apoiada, sem apresamentos. Isso permite compreender o texto quando se trabalha em classe, participar e beneficiar-se juntamente com seus companheiros em propostas interacionistas.
- Considerar apoio compreensivo nas matérias de estudo: dar suporte à interpretação de textos e à abordagem da bibliografia de pesquisa. Ajudar a

estabelecer relações, conseqüências e vinculações conceituais que requeiram maior abstração.

- Hierarquizar a modalidade de trabalho mais conveniente a cada estudante: oral sobre a forma escrita ou limitar a produção grafomotora, se esse é um sintoma importante.
- Adequar às avaliações: fracionar o tempo e tomá-las de forma parcial, solicitando diferentes conteúdos em duas ou três vezes sucessivas e alternando a expressão escrita com a oral e gráfica, segundo se considere pertinente a cada ocasião.

O processo de inclusão sob a ótica da concepção de adequações curriculares de Borsani (2014), só vem ratificar a premissa para que haja uma inclusão efetivamente significativa, não basta apenas as edições de leis, mas uma série de tomadas de decisões tanto na área de políticas públicas, quanto nas questões administrativas e práticas pedagógicas. Sem esquecer ainda que há a necessidade de uma conscientização política e humana em torno das famílias e comunidade escolar.

Segundo Nunes e Ferreira (1994), entre 1976 e 1981, houve uma acentuada mobilização para conscientizar as pessoas e os diversos segmentos de toda a sociedade para o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, em 1981.

Por ocasião do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, realizado pela Organização Nações Unidas (ONU), em 1981, quando o Ministério da Educação recomenda a participação ativa das organizações não governamentais no processo de “integração social”, praticamente lhes delegando a responsabilidade de desenvolvimento de oficinas de produção. (SILVA apud MAZZOTTA, 1999, p. 52).

Observando as recomendações do MEC em relação à participação das organizações governamentais percebe-se uma evolução considerável nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação sobre o atendimento especializado (BRASIL, 1991).

Os acontecimentos nesses períodos, percebe-se que a atenção e atendimento às pessoas portadoras de algum tipo de deficiências sempre ocorreram de forma paralela à educação regular. Fato que avançará a partir da visão dos direitos

humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos.

Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos estudantes em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

## 2 POLÍTICAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O atendimento da educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiência, ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência em contraposição à sua dimensão pedagógica.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, a legislação, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. (BRASIL, 2006, p.330).

Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Já no Brasil, a educação inclusiva ganhou força, principalmente, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa política fundamenta-se nos princípios dos direitos humanos datados do ano de 1945, que, cronologicamente, precede qualquer documentação legal sobre o tema.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), ao atualizar vários conceitos e regramentos apresentados em outros documentos legais, defende a inclusão social e a cidadania. Com efeito, as convenções, cartas, políticas e demais documentações são os subsídios que possibilitaram efetivar práticas contundentes para a inclusão das pessoas com deficiência em todo o mundo.

A Constituição Brasileira de 1988, no Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, no Artigo 205 vê-se que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família". Em seu Artigo 208, prevê : [...] "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação especial, para os efeitos desta Lei, entende a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Logo, os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral. O que difere, é o atendimento, que passa a ser de acordo com as diferenças individuais do aluno.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (9.394/96), de 1996, em consonância com a Constituição assegura o direito constitucional de educação pública e gratuita aos deficientes. Ainda assim, a grande maioria das crianças com necessidades especiais continuam fora do sistema tradicional de ensino. Muitas estão em escolas específicas para crianças deficientes.

## **2.1 Políticas brasileiras para a educação inclusiva**

Sabe-se que a qualidade no ensino está diretamente ligada à construção e à materialização de políticas educacionais que garantam o acesso, a participação e a construção do conhecimento para todos os alunos. Além disso, há de garantir aos professores uma formação inicial e continuada com base em pressupostos emancipadores, na qual o professor se reconheça como sujeito histórico e seus alunos como sujeitos interativos (SILVA, 2011).

Com uma formação inicial e continuada deficitária, não é possível que o professor se perceba como um sujeito histórico, de forma a se engajar na construção de uma educação comprometida com lutas para uma transformação social radical, mas apenas para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos (DUARTE, 1998; 2000). Dessa forma, é preciso rever políticas públicas de transformação, com construção, reconstrução e criação de escolas formadoras, criando realmente condições que trilhem caminhos de uma efetiva o processo de educação inclusiva.



Enquanto isso não acontece, alunos com síndrome de Down, autismo, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), no ensino comum, enfrentam barreiras impostas na relação professor-aluno, em razão de ausência ou formação deficitária inicial e continuada dos professores, além de salas de aulas superlotadas, que resultam em segregação e/ou retenção dos alunos na mesma série, gerando como consequência a evasão. Enfrentam, também, fatores como determinismo genético, estigmas e representações sociais sobre as deficiências primárias (FERREIRA, FERREIRA, 2010; SILVA, OLIVEIRA, 2008; BATISTA et al., 2008; LIMA, 2009).

Percebe-se que a educação inclusiva já vem assumindo um lugar central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola. Mas, garantir as condições de aprendizagem para todos os alunos, não basta. É necessário discutir como se situa a escola na sociedade, e como esta sociedade produz seus excluídos, e como ela reage a eles em várias instâncias, uma delas sendo a formação de professores que, na escola, dizem-se incapazes de lidar com alunos diferentes daqueles com os quais está habituado.

É importante frisar que todos devem estar engajados nesta luta para que aconteça o processo de inclusão. Portanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançam o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender às necessidades educacionais de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p.15).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo assim, o direito da pessoa enquanto cidadão.

Partindo dessa perspectiva do sujeito enquanto cidadão foi cunhado o termo "necessidades educativas especiais" com o objetivo representar indivíduos que convivem com qualquer distúrbio ou deficiência, e que por conta desta condição, necessitam de atenções especiais dos profissionais envolvidos em sua educação.

## **2.2 A contribuição do professor no processo de inclusão dos alunos/as com deficiência na escola regular**

Estar em uma escola regular significa a possibilidade de conviver e vivenciar uma dimensão social da qual necessita para desenvolver-se como qualquer ser humano. Toda criança possui potencial para desenvolver física, emocional, social e intelectualmente.

Quando reconhecemos que toda criança sem distinção precisa ser auxiliada como pessoas receptivas, dando-lhes oportunidades significativas e reais. Para isso, as políticas educacionais precisam adotar leis que visam o direito a todas as crianças sem distinção frequentarem as classes de educação regular; a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, especialmente àqueles com deficiências.

Camargo (2005), entende que para que todas as necessidades dos alunos portadores de necessidades educativas especiais sejam verdadeiramente atendidas, se faz necessário que os professores e todos os outros profissionais saibam como atuar de modo a atender estas necessidades. Não se pode falar de inclusão quando dentro da instituição escolar a equipe não tem o devido preparo para atender aos alunos. Muitas vezes é fundamental a atuação de uma equipe multidisciplinar.

Neste sentido é necessário que a escola numa postura democrática e, principalmente responsável e comprometida, acione os diversos mecanismos reguladores, procurando oferecer garantias legais que assegurem ao aluno com necessidade especial os seus direitos de aprendizagem, já garantidos nas leis.

É de extrema importância que os alunos tenham o atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual. O trabalho do professor de atendimento educacional especializado voltado para o aluno com deficiência intelectual se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) se realiza essencialmente na sala de recursos multifuncionais, propondo atividades que contribuam para a

aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem esse aluno organizar o seu pensamento. Este atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema.

O acompanhamento do professor com o aluno portador de necessidade especial na sala de aula do ensino comum, se caracteriza, por uma interlocução em que o professor do AEE deve procurar ouvir as dificuldades encontradas por esse professor para ensinar ao aluno com deficiência intelectual no contexto da sala de aula. Quando as dificuldades forem do âmbito da gestão da classe ou do ensino formal, essas dificuldades devem ser discutidas pela equipe pedagógica da escola da qual os professores em questão devem participar.

O trabalho do professor do ensino regular é de um mediador que ajudará o aluno com qualquer que seja a deficiência a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas. Sendo assim, no contexto da educação no ensino regular, o papel do professor vai além da transmissão de informações, de modo que,

O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim. (GÓMEZ, 1992, p.103-105).

É de extrema importância reconhecer que uma das grandes responsabilidades do professor de sala de aula, consiste no desenvolvimento e na autonomia do seu aluno. O desenvolvimento desses alunos com necessidades educativas especiais deve ser objeto de preocupação constante do professor. Sua potencialidade deve ser estimulada e educada para que ele possa se desenvolver. O autor cita que o professor deve estar em constante busca de novos conhecimentos, de aperfeiçoamento, pesquisando e elaborando atividades desafiadoras, significativas e adequadas para o aluno.

Assim o professor não deve fazer distinção entre alunos com necessidades educativas especiais e os não especiais, buscando sempre elaborar diversas

atividades com a finalidade de desenvolver o aprendizado geral da classe e especificamente do aluno com necessidades especiais.

O professor na sala do ensino regular tem responsabilidade de trabalhar numa perspectiva de possibilitar a inclusão e desenvolvimento do aluno com necessidades especiais, mas nesse trabalho o professor precisa de um suporte. Para Henriques, o professor deverá ser assegurado o suporte necessário para que em sala de aula possa disponibilizar de todos os meios, métodos, técnicas e recursos a fim de garantir ao aluno deficiente intelectual, todas as possibilidades para o seu desenvolvimento.

Os tipos de estratégias que são necessárias a fim de permitir que todos os alunos, inclusive o de deficiência intelectual, participem integralmente das oportunidades educacionais, com resultados favoráveis, dentro de uma programação tão normal quanto possível, são reveladas, pelas necessidades especiais destes (HENRIQUES, 2012, p. 11).

Em uma prática pedagógica efetiva na sala regular não se pode desconsiderar a formação do professor, no que Delors (1996), afirma que o professor deve aperfeiçoar seus conhecimentos, devendo ter equilíbrio qualitativo entre a competência para a disciplina ensinada e a competência pedagógica. Deve ter ética intelectual e afetiva, criar uma concepção de pedagogia questionadora, ser adepto a investigação de pesquisas científicas e de uso de tecnologias, participando das decisões relacionadas com a educação, no âmbito escolar e no momento de decisões amplas de diretrizes maiores.

Nóvoa (1992) considera a necessidade da formação constante dos professores, nesse sentido ele afirma que,

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros sectores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. É esta perspectiva ecológica de mudança interativa dos profissionais e dos contextos que dá um novo sentido às práticas de formação de professores centradas nas escolas. (NÓVOA, 1992, p. 17).

A importância da formação continuada dos professores mostraram ser quesitos essenciais para a inclusão escolar. Além de uma escola estruturada, todos devem estar envolvidos com o compromisso de educar. Ainda, a capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada, com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos, e o desempenho de um papel chave nos programas relativos a necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral, que abranja todos os tipos de deficiência, antes de se especializar em uma ou várias categorias particulares de deficiência.

É importante que o professor que trabalha no ensino regular reconheça a necessidade de entender os processos de aprendizagem do aluno com necessidades especiais, bem como o seu papel de articulação e das práticas de ensino de modo integrada com as atividades desenvolvidas na sala de Atendimento Educacional Especializado, equipe gestora, a família do aluno e dos demais colegas.

No contexto da mediação, (MOUSINHO, et al. 2010) define que:

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola. (MOUSINHO, Renata et al. 2010).

O desenvolvimento real da inclusão do AEE na sala regular depende muito dos fatores sócio afetivos. E geralmente, as pessoas que apresentam deficiência intelectual podem ter dificuldade nessas questões, especialmente no que se refere à construção da imagem de si mesmo.

Sahuc, 2006 apud Gomes (2010) adverte que a exclusão social, a dificuldade em interpretar, as atitudes e os comportamentos dos outros em relação a si, a dificuldade de se fazer entender, as experiências de fracasso constituem diversos fatores suscetíveis de contribuir para esta situação.

Uma baixa auto-estima pode interferir na motivação do aluno que apresenta deficiência intelectual quando ele está em situação de aprendizado ou de resolução de problemas.

O ato de mediar pressupõe a existência de algo que está em processo. No construtivismo, o que está em processo é o pensamento que se movimenta da ação para a conceituação, de conceitos espontâneos para conceitos científicos; a mediação é o elo entre o aluno e a matéria, o que confirma o papel do professor. (MATUI, 1995).

Portanto, o professor como mediador do processo de inclusão do aluno com necessidades especiais na sala regular, não se trata apenas de questão de leis ou competências intelectuais, mas de um profissional que se atente às questões da ética, do respeito e valorização do ser enquanto pessoa, se tornando um elo entre o aluno e a aprendizagem como o todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que fosse possível a realização deste trabalho precisamos desenvolver múltiplas pesquisas, pois é um tema que causa muita divergência entre os estudiosos e causa um certo temor entre os professores que assumem salas com alunos especiais e as multifuncionais.

Dizer que a educação é direito de todos já vem sendo dito a muito tempo, mas a realidade é outra, pois no caso dos alunos especiais as mudanças estruturais nas escolas regulares demoram a ser processadas e vai se trabalhando do jeito que dá sem levar em conta as limitações da clientela que atendem.

.As leis ditando a obrigatoriedades do atendimento do aluno Público-alvo da educação especial em salas regulares, a inclusão desses exige um redirecionamento em toda estrutura no sistema educativo que vai desde as condições físicas da escola, financiamento, formação de professores e, principalmente a compreensão de que não se trata de um processo isolado. A inclusão nesse sentido exige uma dinâmica colaborativa de todos envolvidos.

As políticas públicas garantindo o financiamento de salas de multimídias nas escolas, e nos centros de atendimentos do AEE; a conscientização da família, a formação de professores especialistas no AEE; formação dos professores da educação na sala regular, engajamento e apoio do corpo pedagógico e administrativo da escola e, sobretudo, que haja comunicação entre os pares.

Portanto, a escola é um espaço privilegiado para que a criança se aproprie do conhecimento sistematizado, mas a aprendizagem não mobiliza apenas a dimensão cognitiva, mas também afetos, emoções e relações interpessoais presentes no contexto. Neste contexto, a contribuição do professor enquanto mediador é possibilitar situações de vivências, pois enquanto ele participa e vivencia mais se desenvolve.

Mais, o que se vê na realidade das escolas que se dizem inclusivas, é uma grande falta de desconhecimento de como o processo de inclusão dos alunos Público alvo da educação especial educativas deve acontecer. Na maioria das

vezes, se observa professores angustiados, percebendo inúmeras dificuldades de seus alunos enquanto ele próprio também encontra dificuldades em sua prática pedagógica direcionada a essas crianças, visto que não há uma dinâmica colaborativa entre os que deveriam estar envolvidos no processo de inclusão desses alunos. Geralmente, os professores das salas regulares não têm um retorno dos professores que dão atendimentos especializados e muitas dúvidas surgem em relação como direcionar a sua prática em relação aos alunos.

Para que esse processo de inclusão se efetive no mínimo dentro do contexto da sala de aula, requer que esse professor da sala regular tenha apoio dos professores dos centros de atendimento do AEE e vice-versa no intento de que juntos trabalhem em prol do melhor desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. Independente da área ou série em que atuam, os professores necessitam de formação continuada, sobre o processo de inclusão, sobre as necessidades educacionais especiais e sobre como se dá o desenvolvimento cognitivo das pessoas em seu processo de aquisição de conhecimentos e, principalmente, de apoio pedagógico em sua prática.

Inclusão não se efetiva com elaborações de leis. É um processo que requer comprometimento com a ética e respeito às diferenças e diversidade. A escola inclusiva deve aceitar as diferenças de cada ser humano como normal. É normal ser diferente. Cada ser humano possui suas especificidades que devem ser respeitadas. Cada aluno enquanto ser humano se desenvolverá no seu tempo e do seu modo. Mas requer também competência técnica e teórica. Comprometimento ético e político, a fim de romper os entraves ideológicos e pedagógicos que se encontram na sociedade.

Vale ressaltar que somente a participação dos professores no papel de incluir não basta, é preciso um trabalho pedagógico coletivo e abrangido com todo o grupo escolar, fundado em um projeto político-pedagógico eficaz, aberto às diferenças e que de fato funcione.

A falta de preparo verdadeiro aos profissionais é outro sério e grave problema enfrentado por eles que não tiveram um treinamento adequado, continuado para que se apossaram do conhecimento necessário, para repassar aos alunos e fazer este



trabalho movidos por amor e compromisso o que os fazem alcançar seus objetivos que são promover uma inclusão social e intelectual ainda que ao modo de cada um.

Podemos sentir que falta muita leitura, pois autores comprometidos têm muitos com práticas e teorias que podem aumentar a gama de conhecimento dos envolvidos e dar bons resultados.

Foi bastante proveitoso o tempo disponibilizado para esta realização, pois pudemos absorver novas concepções e saberes sobre a inserção dos alunos especiais nas escolas regulares, socializando-os e transmitindo conhecimentos que os façam sentir-se cidadãos participativos de uma sociedade que busca qualidade no ensino e na vida de cada ser humano, ainda que diferenciado por alguma limitação, mas que não os impedem de aprender.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, et al. **A Importância da Interação entre Crianças com Síndrome de Down e Crianças Comuns para o Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo**. Congresso Brasileiro de Educação Especial, 3., 2008, São Carlos. Anais. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1990.
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.
- CAMARGO, Jr. Walter. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 2005.
- CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
- DUARTE, Newton. **Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo**. Florianópolis: Perspectiva, v. 16, n. 29, p. 99-116, 1998.
- FERREIRA, Diana Regina; FERREIRA, Wimory Andrade; **Concepção de professores sobre a importância da linguagem verbal para o desenvolvimento cognitivo da criança com síndrome de Down**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, 2010.
- LIMA, Rafael Pontes. **O uso do Software educacional como mediador instrumental na aprendizagem de crianças com Síndrome de Down**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). 94f. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), 2009. papel dos professores na construção de conceitos científicos em crianças com síndrome de Down, Macapá, 2009.
- LOPES, M. C. **Políticas de inclusão e governamentalidade**. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v.34(2): maio/ago.2009, p.153-169.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. (Traduzido por: Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça). São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Moderna, 1995.
- MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Série “Cadernos de Educação”, 1999.

MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MOUSINHO, Renata et al. **Mediação escolar e inclusão**: revisão, dicas e reflexões. Rev. Psicopedagogia. [online]. 2010, vol.27, n.82 [citado 2018-07-29], pp. 92-108 Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862010000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010). Acesso em 29 de outubro de 2019.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Universidade de Lisboa. 1992. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>. Acesso em 31 Out, 2019.

NUNES, L. R. O P. FERREIRA, J. R. **Deficiência mental**: o que as pesquisas brasileiras têm revelado. In: BRASIL/MEC/SEESP. Tendências e desafios da educação especial. Brasília: SEESP, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, 120 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Maria do Carmo Lobato da. **As políticas públicas para a inclusão escolar e o papel dos professores na construção de conceitos científicos em crianças com síndrome de Down**, Macapá, 2011.

STAINBACK, Suzan & William Stainback. **Inclusão**: Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizado em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

WERNECK, CLAUDIA. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.